

**Direitos em bytes:
estratégias de comunicação mediadas por
tecnologias para a mobilização
em prol de direitos humanos**

Heitor Costa Lima da Rocha *
Nataly de Queiroz Lima **

1. COMUNICAÇÃO E PODER:
MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES.

A existência de movimentos e mobilizações sociais é um importante termômetro da democracia. Isto porque expressam, dentre outros fatores, as possibilidades existentes de debate entre os cidadãos sobre as suas realidades, e entre estes e as instituições do Estado com foco na garantia de direitos humanos e do bem estar comum, atuando para equilibrar as relações de poder existentes em um determinado contexto histórico. Tais fatores estão intimamente relacionados ao agir comunicativo enquanto possibilidade de ação coletiva sobre o real (Habermas, 2012). As formas de interação entre estes sujeitos são determinantes para se pensar as estruturas de poder vigentes na sociedade e em uma instância macropolítica para levar a cabo estratégias de mudança social visando a promoção de uma vida digna e justa para mulheres e homens.

“A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que civilizou a

* Professor en la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil, e investigador en la Universidad de Beira Interior, Portugal,

** Profesora en el Centro Universitario Maurício de Nassau, Brasil, e investigadora en la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo, enormemente, para sua eficiência” (Bourdieu, 2001: 19).

Neste contexto, os processos comunicativos estão no cerne das possibilidades dos coletivos sociais incidirem sobre a realidade. Pensar as estratégias de comunicação adotadas pelos movimentos na sociedade em rede é parte essencial para entender o sentido político das reconfigurações socioeconômicas e o próprio significado do que é fazer movimento social na atualidade. Está-se diante de um cenário complexo, paradoxal e em constante mudança, o que torna o estudo das relações anteriormente citadas desafiante e necessário.

“As novas mídias sociais, operadas on-line, com destaque para a mediação da internet, estão mudando a forma das pessoas se relacionarem, abrindo acesso a fontes de conhecimento e a formas de construir a democracia, mas também fornecem todos os elementos para a construção de novas formas de controle social. Em termos de tempo histórico, é muito cedo para afirmações apocalípticas, celebrando ou negando (ou ignorando) o potencial que essas mídias colocam para a ação humana em geral e ação coletiva em especial” (Gohn, 2013:52).

Salienta-se que o redesenho das formas de interação social mediadas por tecnologias, sobre as quais nos detemos neste estudo, são eminentemente socioculturais, e não meramente técnicos. Partimos do pressuposto que as ferramentas virtuais e tecnológicas não são redentoras: são suportes estruturados para a conexão entre os sujeitos. Todavia os usos e sentidos são dados pelas sociedades onde se inserem.

A era das redes sociais, como postula Castells (2013), se constitui em um período de reordenamento das estruturas de poder na sociedade. É um desafio necessário e urgente analisar a morfologia e as demandas políticas dos novos movimentos que brotam, em todo o mundo, a partir de redes virtuais e asseguram mobilizações de rua de indivíduos, na sua maioria jovens, se autorepresentando. No Recife, 9ª cidade mais populosa do Brasil, o movimento Ocupe Estelita tem realizado acampamentos e ações *on e offline* de repercussão internacional. Para tal elencaram o Cais José Estelita, área central e histórica do Recife, como um signo da disputa pela gestão do espaço público de uma cidade inchada, que privilegia a mobilidade realizada por carros individuais em detrimento do transporte público e vivencia uma forte especulação imobiliária com espigões voltados para a classe média, e a consequente marginalização das comunidades pobres.

Uma das principais características deste modelo de sociedade é a organização em redes. “O nosso modelo comunicacional dominante está construído em torno: 1) da globalização da comunicação; 2) da ligação em rede dos *media* de massa e interpessoais e, conseqüentemente, da mediação em rede; 3) e de diferentes graus de uso de interatividade” (Cardoso, Espanha & Araújo, 2009, p. 21). Segundo Castells, a própria estrutura nodal das redes está adaptada à dissolução dos padrões anteriores de organização social:

“A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. [...] Essa lógica de redes, contudo é necessária para estruturar o não estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é força motriz da inovação na atividade humana” (Castells, 2009a: 108).

As redes sociais e as plataformas virtuais de interação possibilitaram um reordenamento das estruturas de poder na sociedade: abriram espaços para a produção e reprodução de conteúdos hegemônicos e contra-hegemônicos, para a emergência de novos sujeitos políticos, ampliaram o leque temático da agenda pública, inclusive impulsionando mudanças estruturais no jornalismo (como o jornalismo-cidadão) e se apresentam como instrumentos importantes para a consolidação da democracia. Isto porque a participação social, elemento-chave da democracia, se constrói na esfera pública, na capacidade de diálogo de um determinado grupamento humano. Os processos comunicativos reiteram sua importância: “o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação” (Castells, 2009b: 85).

No centro desta discussão, na qual Castells insere a emergência dos *Mass self communication* (2009b)¹ e de novos sujeitos promotores de mudanças

¹ Para Castells, os *Mass self communication* ou a *auto comunicación de masas*: “Es comunicación de masas porque potencialmente puede llegar a una audiencia global, como cuando se cuelga un vídeo em YouTube, un blog con enlaces RSS a una serie de webs o un mensaje a una lista enorme de direcciones de correo electrónico. Al mismo tiempo, es autocomunicación porque uno mismo genera el mensaje, define los posibles receptores y selecciona los mensajes concretos o los contenidos de la web y de las redes de comunicación electrónica que quiere recuperar. Las tres formas de comunicación (interpersonal, comunicación de masas y autocomunicación de masas) coexisten, interactúan y, más que sustituirse, se complementan entre sí. Lo que es históricamente novedoso y tiene enormes consecuencias para la organización social y el cambio cultural es la articulación de todas las formas de comunicación en un hiperrexta digital, inerracrivo y complejo que integra, mezcla y recombina *en su diversidad* el amplio abanico de expresiones culturales producidas por la interacción humana” (Castells, 2009b: 88).

sociais, as relações de poder seguem fortemente vinculadas a três entes conhecidos: o mercado, que cria as bases tecnológicas e estruturas hegemônicas da sociedade em rede; os Estados que as devem regular e, em alguns casos, financiam a construção de tecnologias que possibilitem o acesso universal dos cidadãos a elas; e os cidadãos comuns que também podem criar plataformas virtuais com códigos abertos, se articular em comunidades ainda que seus membros não se conheçam *offline*, e atuar massivamente na produção de conteúdos interferindo diretamente na agenda pública, transgredindo o monopólio da Grande Mídia sobre a visibilidade pública, embora o sucesso de seus objetivos continuem dependendo, em grande medida, dos significados mediados pelo jornalismo neste espaço denominado por Stuart Hall (1999) de *idioma público*, agora democraticamente ampliado, ou menos ameaçado devido à redução da distorção que a estrutura de poder sistematicamente exerce para barrar o acesso dos indivíduos, especialmente da periferia, à discussão pública.

“Tradicionalmente, a noção de esfera pública esteve associada a ambientes concretos, tais como cafés, salões literários e assembleias, nos quais as pessoas negociavam desejos, planejavam ações e realizavam o chamado “jornalismo literário”. Entretanto, desde a publicação de *Mudança Estrutural na Esfera Pública* (grifo do autor), o conceito vem sendo reformulado, de modo a assimilar não apenas as contribuições dos críticos e teóricos, como também as transformações dos sistemas políticos democráticos e das novas tecnologias” (Doimo, Mitre & Maia, 2009: 109).

Esta maior possibilidade de participação cidadã na esfera pública, no entanto, também mantém resquícios dos padrões estruturais clássicos de disparidades e poder. Neste contexto, estão presentes as pressões das empresas transnacionais pela desregulamentação dos mercados mundiais e os “sistemas de comunicação que transcendem e tiram de jogo a antiga estrutura do Estado-nação” (Hall, 2008: 35). De forma ampla, alguns autores como Canclini (2006) alertam para o processo de reordenamento das diferenças sem supressão das desigualdades, questionando assim as supostas possibilidades universais vinculadas à popularização das TICs.

A ambiguidade das tecnologias comunicativas, como instrumento de reprodução da estrutura de poder ou como fator de emancipação de violências simbólicas, já era vislumbrado por John Dewey há já quase um século atrás.

“Hoy disponemos, como nunca lo hicimos antes, de las herramientas físicas de la comunicación. Pero, los pensamientos y las aspiraciones congruentes con ellas no se comunican y, por tanto, no son comunes.

Sin esa comunicación el público seguirá ensombrecido e informe, perdido en una búsqueda espasmódica de sí mismo, pero abarcando y sosteniendo su sombra en vez de su sustancia. Mientras la Gran Sociedad no se convierta en una Gran Comunidad, el Público seguirá eclipsado. Sólo la comunicación puede crear una gran comunidade. Nuestras Babel no es de lenguas, sino de unos signos y símbolos sin los cuales es imposible la experiência compartida” (Dewey, 2004: 134).

Para Dewey, portanto, faz-se necessário que os movimentos contrafactuais que se mobilizam pela mudança social ocupem espaço na maquinaria comunicativa para ajustá-la à satisfação de suas necessidades e não permanecer como mero instrumento da estrutura de poder.

“No hemos hecho más que tocar levemente y de pasada las condiciones que se deben cumplir para que la Gran Sociedad se convierta en una Gran Comunidad; una sociedade en la que las consecuencias en expansión constante y complejamente ramificadas de las atividades asociadas se conozcan en el pleno sentido da palavra, de manera tal que surja un Público organizado y articulado. El tipo más elevado y difícil de investigación junto con un arte de la comunicación que sea ingenioso, sutil, vivo y perceptivo deberán tomar posesión de la maquinaria física de transmisión y circulación e insuflarle vida. Así, cuando la era mecánica haya perfeccionado su maquinaria, esta será un médio de vida y no su amo despótico. La democracia alcanzará su pleno sentido, pues democracia es una palavra que denota una vida de comunión livre e enriquecedora” (Dewey, 2014: 156).

O fenômeno de fragmentação das consciências e identidades deve ser considerado neste contexto, visto que reflète na segmentação dos conteúdos midiáticos, bem como na criação de uma infinidade de comunidades virtuais, as quais têm atuado como veículos de comunicação próprios de indivíduos ou coletivos, com graus distintos de sazonalidade de seus participantes, e de uma reconfiguração das estratégias de participação política dos indivíduos. Mas é inegável as brechas existentes neste modelo societário e comunicacional, e devidamente ocupadas por cidadãos na defesa de direitos.

“El auge de la autocomunicación de masas, que aumenta la capacidad de que nosotros, la audiencia, produzcamos nuestros propios mensajes, potencialmente desafía el control empresarial de las comunicaciones y puede cambiar las relaciones de poder en la esfera de la comunicación” (Castells, 2009b: 542).

Segundo Castells (2013), esses novos movimentos têm em comum características como: a) criam comunidades de proximidade; b) escolhem espaços carregados de valor simbólico que vão além do próprio ato; c) conectam ciberespaço e espaço urbano criando um novo espaço político; d) são simultaneamente globais e locais funcionando num tempo atemporal; e) têm características virais; f) “São movimentos profundamente autorreflexivos”, apesar de raramente serem pragmáticos; g) Possuem líderes, mas resistem à ideia de liderança tradicional, materializada no ideal de uma pessoa ser capaz de representar todo o grupo; g) procuram a mudança dos valores da sociedade, reivindicando a mudança do Estado, mas sem querer se apoderar deste utilizando as mesmas estratégias de ocupação do estado a partir do modelo vigente. De forma geral, “o que estes movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade” (Castells, 2013: 170).

No conjunto, as características destes novo movimentos, além de evidenciarem um processo de busca por novas práticas democráticas, pela ressignificação dos movimentos sociais, parecem refletir um novo status para a participação social, no qual a comunicação tem papel preponderante no reordenamento das estruturas de poder, sendo o cerne de toda a ação coletiva de mobilização e de divulgação, ou seja, da sua própria existência política.

Por isso, este artigo, resultado de uma pesquisa de doutorado em andamento, se volta a analisar as estratégias de comunicação do #OcupeCom, grupo de comunicação do Ocupe Estelita, durante a ocupação de território que aconteceu entre maio e junho de 2014. Para tal, foram entrevistados membros do coletivo de comunicação e realizada uma revisão bibliográfica que contemplasse a compreensão deste fenômeno ainda recente.

2. DIREITO AO RECIFE: EM CENA O OCUPE ESTELITA.

Recife é um município do Nordeste Brasileiro que expressa bem o quadro de contradições e inchaços das grandes cidades do mundo. A capital pernambucana é iminentemente urbana, possui um território de 217km², onde residem, segundo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1.537.704 de pessoas. Em termos de densidade demográfica isto resulta em pouco mais de sete mil habitantes por quilometro quadrado.

Está-se falando da 3^a maior economia do Norte e Nordeste e do 14^o maior Produto Interno Bruto do país, que paralelamente, a partir de um crescimento

pautado no modelo tradicional de desenvolvimento, tem no seu desenho urbano os traços da persistente desigualdade social, apesar dos investimentos em programas de transferência de renda e inclusão social realizados pelas três esferas de governo. Os bairros mais ricos, com os mais luxuosos edifícios e com as maiores rendas estão ao lado de favelas.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o ramo da construção civil é o terceiro que mais emprega mão-de-obra local, o que denota um setor aquecido, mas a Prefeitura da Cidade do Recife estima que o déficit habitacional esteja em torno de 70 mil residências. Neste caso, se aborda a realidade de um contingente social que, dificilmente, conseguiria ter acesso a maior parte das unidades residenciais construídas pelo setor imobiliário, ainda que haja programas de crédito para a baixa renda.

“No Recife, a estreita convivência entre ricos e pobres, marcada nas paisagens de todos os seus bairros, reflete as fortes mobilizações sociais da população de baixa renda e os movimentos de moradia pela permanência na terra onde construíram suas comunidades. Entre 1940 e 1970, esses movimentos sociais lutavam contra as políticas governamentais de estruturação do espaço (políticas oficiais de erradicação de mocambos, favela e a expulsão para as periferias). Nas últimas décadas, a luta caracterizou-se pela demanda de provisão de infraestrutura, regularização urbanística e fundiária, para melhorar as condições de habitabilidade dos assentamentos precários onde conseguiram resistir e permanecer” (Miranda, 2005: 07).

Dos movimentos populares comunitários derivaram propostas de políticas públicas que asseguravam a permanência de comunidades de baixa renda em áreas centrais e investimentos em melhorias estruturais nestas localidades. Trata-se de programas e políticas como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1983, que resultou na criação das Zonas Especiais de Interesse Social (Miranda, 2005).

Neste sentido, se ressalta a existência de uma luta histórica pela moradia, por melhores condições de habitabilidade que, de forma geral, deriva na pauta do direito à cidade. Tal movimento tinha como principais atores e atrizes, pessoas de baixa renda, com conseqüente limitado acesso a bens e serviços, que a partir de laços de solidariedade mantinham ações de resistência às incursões do capital privado e dos governos visando a regularização fundiária e permanência no local com condições dignas de vida.

“[...] A ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (Harvey, 2014: 15).

A pauta do direito à cidade no Recife ganhou novo fôlego em 2012 com a formação do Ocupe Estelita, um coletivo morfológicamente distinto dos movimentos anteriormente citados e conectado com as mobilizações mundiais que articularam milhares de pessoas a partir de redes virtuais de comunicação. O Ocupe se organiza a partir da resistência de seus militantes ao projeto Novo Recife - um empreendimento de um grupo de construtoras que pretende construir 12 torres com até 40 andares no Cais José Estelita em uma proposta que destoa do entorno histórico, com seus casarios centenários, bem como da realidade das comunidades vizinhas de baixa renda e que, segundo alguns especialistas críticos da proposta, pode trazer impactos ambientais negativos à Bacia do Pina, um dos principais estuários da capital pernambucana. O Cais também é uma área estratégica para o capital imobiliário, pela sua localização, visto que está no centro da cidade, em um dos principais trechos histórico e turístico, e próximo do bairro de Boa Viagem, um dos mais nobres do município.

Vale salientar que o Cais José Estelita se constitui em um conjunto de armazéns de açúcar – legado da exploração da cana-de-açúcar no Nordeste – que estavam abandonados e um pátio ferroviário, totalizando mais de 100 mil m² de área. O terreno estava sob posse da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A sua compra, de acordo com lideranças do Ocupe Estelita e ações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF), está cercada de irregularidades jurídicas, como a ausência de estudos de impacto local das obras e a própria transação de venda da propriedade.

“Não são poucos os problemas do projeto Novo Recife. De acordo com o MPF, o primeiro deles é que o leilão da área nunca poderia ter sido feito. Isso porque toda vez que a União vai vender uma propriedade pública é necessário consultar outros órgãos públicos que eventualmente tenham interesse na área. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Pernambuco havia manifestado vontade de se responsabilizar pela área, mas mesmo assim o leilão ocorreu e só o Consórcio Novo Recife se mostrou interessado no Cais José Estelita. Nenhuma outra empresa apareceu para disputar a compra da área. Com isso, o grupo imobiliário pagou o valor mínimo estipulado pelo governo federal para a propriedade. Como desembolsou 55 milhões de reais por pouco mais de

100 mil metros quadrados, o Consórcio Novo Recife pagou pouco menos de 500 reais pelo metro quadrado. Isso em uma das capitais brasileiras mais caras para se morar no País. De acordo com índice Fipe/Zap (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Zap Imóveis), que acompanha os preços dos imóveis à venda anunciados na internet, o preço médio do metro quadrado na capital pernambucana é de 5.673 reais” (Truffi, 2014).

O Ocupe Estelita se constitui em um movimento não institucionalizado, onde se articulam representações de organizações da sociedade civil, de partidos políticos, de fóruns, de redes movimentalistas, mas principalmente de indivíduos sem vínculos com nenhuma organização e/ou entidade formal, que participam dos atos e mobilizações (virtuais ou presenciais) de forma autônoma. São características marcantes da sua organização a autonomia dos sujeitos, a ausência de um centro de liderança e a negação das formas tradicionais de política representativa. A frase de um dos militantes durante a ocupação, apesar de curta, dá a dimensão da ruptura pretendida: “Ninguém aqui quer um novo Che Guevara” (Guetan, P., entrevista concedida aos autores, 2014).

Há um nítido recorte de classe: observa-se que a maior parte dos ativistas são de classe média, diferentemente dos movimentos comunitários, e possuem ensino superior (completo ou em andamento). Não se está afirmando que não há participação de pessoas de baixa renda e de lideranças comunitárias, mas não são necessariamente estas que aparecem como as principais mobilizadoras e produtoras de sentidos do movimento.

O Ocupe Estelita é um catalisador de demandas sociais referentes ao direito à cidade. O Cais José Estelita é um símbolo da disputa por uma urbanidade mais humana e acessível às pessoas de diferentes classes sociais e identidades. Sobre a identidade do movimento, um dos integrantes do #OcupeCom, grupo de comunicação, destaca que o Ocupe é:

“[...] Um agregador de temáticas: LGBT, do movimento negro, do comércio do centro da cidade, do direito à moradia popular, dos movimentos culturais. E tudo isso é totalmente compreensível. Todas essas instâncias sofrem com o modelo de reprodução do capital e a cidade é o principal terreno do confronto com o capital” (Pinto, L. C., entrevista concedida aos autores, 2014).

A ocupação do terreno ocorrida no primeiro semestre de 2014 foi prova disto. No dia 21 de maio, os armazéns começaram a ser demolidos. Um publicitário atuante no #OcupeCom, ao passar pelo local, avisa a outros

militantes pelo celular e envia fotos. Compartilhadas nas redes virtuais, mobilizaram outros internautas, muitos que sequer conheciam o próprio movimento e deram voz a uma causa que só foi inserida na pauta jornalística local quando iniciaram os confrontos com a polícia. A instalação das pessoas no Cais aconteceu de forma espontânea e pacífica, a partir do sentimento de indignação com a proposta do Novo Recife e da vinculação do poder do capital com o do poder público. A reintegração de posse do terreno aconteceu no dia 17 de junho, com forte ação repressiva da polícia contra os ocupantes do Cais, o que rendeu notas de repúdio de diversos órgãos nacionais e da Anistia Internacional.

Durante um mês se formou grupos com especialistas voluntários e engajados em diferentes frentes (jurídica, de comunicação, de arquitetura, etc). No caso da comunicação, havia um grupo especializado composto por publicitários, jornalistas, designers e cineastas, e estudantes destas áreas, que estavam fora do acampamento, produzindo informações e peças de comunicação para circulação, em especial, pela internet. No entanto, com um *front* acampado no Cais, surgiu a demanda de criação de um “grupo de comunicação interna”, integrado por jovens, dentre os quais alguns militantes do direito à comunicação, que passou a ser também produtor de conteúdos para quem estava fora do terreno em questão. Neste artigo, nos deteremos nas estratégias desenvolvidas pelo #OcupeCom.

3. AS ESTRATÉGIAS DO #OCUPECOM.

A internet é o principal território de incursão do #OcupeCom. É o terreno onde estão os militantes e para o qual fluem grande parte das produções de comunicação do grupo. À época da análise, o coletivo de comunicação era composto por oito pessoas formadas ou estudantes de publicidade, jornalismo, design e cinema. A adesão ao grupo, assim como no conjunto das ações do movimento, foi voluntária e espontânea. Quase não houve encontros presenciais, o grupo trabalhava virtualmente, propunha peças e as produzia, a partir de fóruns virtuais, com grande agilidade e em ritmo contínuo, visto que estão em comunicação, mediada por tecnologias, durante todo o dia e a noite. Este romper das barreiras espaço-temporais é uma característica da sociedade em rede e parece impactar no traçado das ações de comunicação e na própria concepção política deste pensamento comunicacional estratégico.

“Não é uma questão meramente de semântica, nós não temos estratégia, temos tática. A estratégia é a do Consórcio Novo Recife. O tático é o miliciano, que numa cidade invadida, utiliza as estruturas do poder, para

atacar o poder. Nós somos milicianos nesse sentido, estamos usando ferramentas do poder constituído, mediaticamente inclusive, considerando o mercado imobiliário, o capital financeiro, as elites logotécnicas, como parte de um mesmo sistema de poder. O Facebook faz parte desse sistema de poder, mas a gente está dentro, na cidade invadida. É um linguajar bélico? É. Porque nós estamos num confronto, nós estamos numa situação de conflito. É um conflito de classe, de frações de classes e é nesses termos que a gente tem que trabalhar” (Pinto, L. C., entrevista concedida aos autores, 2014).

Nesta perspectiva de furar os bloqueios impostos pelo sistema hegemônico, as redes sociais virtuais são os principais pontos de interlocução do #OcupeCom com a sociedade, em especial o Facebook. A escolha por estes espaços parece partir da premissa de que são suportes estruturados, que não requerem um grande letramento digital e que aglutinam milhões de pessoas e instituições, de diferentes localidades e campos de atuação. É oportuno destacar que existem ações específicas de assessoria de imprensa, voltadas a pautar a mídia tradicional também, ainda que, pelo próprio contexto de individuação e de oligopólios midiáticos, as pessoas estejam em um intenso processo de produção de conteúdos e símbolos.

“A gente utilizou essas ferramentas porque, primeiro, elas são gratuitas, públicas e são condutoras de conteúdo. Além do que a gente tinha, e ainda tem, uma pressão forte da mídia tradicional, dos canais tradicionais de comunicação, que estão completamente amordaçados. Durante a ocupação, eles não publicavam nada da gente -nem os locais nem os nacionais-. Vivemos, então, um momento de silêncio e o que era publicado, era como se fôssemos um movimento sem legitimidade, éramos uns invasores, uns baderneiros, um bando de desocupados. Um amigo meu, que é sociólogo, que participou de algumas ocupações pelo mundo, estuda isso, nos passou o contato da Al Jazira. Fizeram uma matéria, divulgaram no twitter e aí veio a Folha (de São Paulo), Estadão, UOL, BBC”. (Moraes, S. U., entrevista concedida aos autores, 2014).

Em geral, são utilizados grupos fechados no Facebook para as conversas, acertos e desenvolvimento de atividades, bem como há grupos e fóruns abertos. O #OcupeCom têm os seus espaços de discussão e outros grupos paralelos se formam, pensam ações e as desenvolve também. Como se trata de um espaço vulnerável a ação de hackers – e alguns ativistas relatam terem seus perfis e e-mails invadidos – muitos comunicadores preferem a utilização de browsers e e-mails criptografados para garantir sua segurança e a do grupo. Estes usuários, em geral, são as referências do grupo para utilização segura da rede social.

Assim como o #OcupeCom não centraliza todas as iniciativas de comunicação, também não há, necessariamente, a obrigatoriedade dos membros continuarem nos trabalhos. A dinâmica é semelhante a dos pontos nodais em uma cartografia das redes: os centros propulsores de informação são móveis e nem por isso o movimento perde força. Alguns comunicadores estão permanentemente ativos e militantes, existem vários outros que participam de um ato específico e não de outro. Sempre chegam pessoas novas que são acolhidas pelo grupo.

Salienta-se que ninguém recebe recursos financeiros para se manter em atividade no Ocupe. O investimento do tempo e de recursos materiais para a execução das atividades é próprio dos ativistas. Durante a ocupação do Estelita houve campanhas para arrecadar roupas e bens de uso pessoal para os acampados. Alguns materiais, como bottons, camisetas e adesivos, são produzidos e vendidos como forma de gerar recursos para uso nos atos, como impressão de peças de comunicação. Muitos artistas locais e nacionais têm aderido ao movimento e isto tem se revertido em um capital simbólico relevante.

A internet não é uma tecnologia tão recente, mas sua difusão sim. Diferentemente de outras tecnologias de informação e comunicação, como o rádio e a televisão, a rede mundial de computadores se impõe como necessária às ações cotidianas. Castells (2009b), a caracteriza como um tecido que liga áreas como trabalho, vida pessoal e busca de informações. Considerando, a esfera pública como espaço de interação capaz de mobilizar forças políticas de mudança social, a internet se apresenta como uma praça que aglutina pessoas e pode ser espaço de promoção de transformações reestruturadoras das formas de participação social e da própria democracia. Isto reitera a relevância dos processos comunicativos para a sociedade, contemplando sua diversidade. Por outro lado, isto não se dá por decreto, é preciso um processo de amadurecimento político dos grupos que compõem esta sociedade. “La construcción de una autonomía comunicativa tiene directamente que ver con el desarrollo de la autonomía social y política, un factor clave para fomentar el cambio social” (Castells, 2009b: 532).

Neste contexto, o #OcupeCom não é o único ou o principal espaço de interlocução do movimento, visto que a autonomia é característica dos coletivos e indivíduos que aglutina, mas é emblemático por estar composto por comunicadores profissionais ou em formação (estudantes) e ser o principal propulsor, digamos assim, dos *outputs* de comunicação. A sua prática também aparece como exercício de cidadania e de horizontalidade, a partir da produção

de um capital simbólico iminentemente político e representativo da mudança social que se busca.

“A principal contribuição de todas essas pessoas do #OcupeCom é um capital intangível. Não é apenas o texto ou o vídeo. Essas coisas são apenas expressões de um outro capital que é um capital material simbólico, que tem haver com relações, com afetividade, com ideias, tem haver com memórias. A partir desta perspectiva, todos contribuía do mesmo jeito, a forma era que era diferente, texto, ideias, audiovisual, campanhas publicitárias. Mas o alimento é um capital imaterial de vida que se expressa na forma de relações sociais, de memória de narrativa própria... é esse o investimento que todo mundo faz, esse no meu entender é a maior potencialidade do #OcupeCom, inalcançável, indomável. O Novo Recife não entende isso, que ele não tem esse capital, que é nosso, com sua virtuosidade e com sua fragilidade” (Pinto, L. C., entrevista concedida aos autores, 2014).

A comunicação automeediatizada tem a capacidade de mobilizar indivíduos em ações políticas que são, inicialmente, de autoreconhecimento identitário, de cidadania e possibilita a organização destas em forma de mensagens que serão dirigidas a outros cidadãos e cidadãs. Tal modelo desafia o controle, hoje ainda existente, dos que têm o poder de falar, de emitir discursos para uma grande audiência, seja a partir de programas exibido em mídias tradicionais, mas também por meio de peças publicitárias.

“Participando en la producción cultural de los medios de comunicación de masas y desarrollando redes independientes de comunicación horizontal, los ciudadanos de la era de la uniformación son capaces de inventar nuevos programas para sus vidas con los materiales de sus sufrimientos, miedos, sueños y esperanzas. Construyen sus proyectos compartiendo su experiencia. Subvierten las prácticas de la comunicación tradicional ocupando el medio y creando el mensaje. Superan la impotência de su solitaria desesperación interconectando sus deseos. Luchan contra los poderes establecidos identificando las redes establecidas. Por eso la teoría -necesariamente fundada en la observación- es relevante para la práctica: si no conocemos las formas de poder en la sociedad red, no podremos neutralizar el ejercicio injusto de dicho poder; y si no sabemos exactamente quiénes tienen el poder y dónde encontrarlos, no podremos desafiar su oculta pero decisiva dominación” (Castells, 2009b: 552).

A descoberta política da participação também aparece como um ganho simbólico dos indivíduos que estão no #OcupeCom. Assim como no Ocupe Estelita como um todo, parte considerável dos ativistas não tinha experiência de atuação em movimentos sociais. É o que Gohn (2014) denomina de “batismo político”. Aqui, não se está dizendo que eram pessoas alienadas das discussões sobre conjuntura político-econômica, pelo contrário, mas sim, de participação ativa e organizada para incidir nesta mesma conjuntura.

Este novo modelo de ativismo têm desafios a enfrentar como a ampliação das discussões propositivas acerca da sociedade que se busca e a articulação com outras pautas e movimentos anticapitalistas e identitários. A própria mobilidade dos ativistas, que é uma marca de sua proposta de autonomia, pode ser um complicador para sua continuidade, no entanto, ainda é cedo para aprofundadas análises do futuro político destes movimentos, visto que o seu horizonte é amplo e apresentam um novo paradigma de participação social.

“Nunca tinha participado de nenhum movimento, só de um ato anterior do próprio Ocupe. Mas, no acampamento, entrei em contato com muita gente diferente, com ideias que nunca tinha tido contato e gente muito empenhada em mudar a realidade. É muita gente nova, jovem, com muitas propostas interessantes, mas tão jovem quanto elas. E isso não é ruim porque esse monte de gente vai amadurecer e essas ideias vão amadurecer também e vão trazer muitos resultados bons” (Pinheiro, J., entrevista concedida aos autores, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nas ações organizadas pelo #OcupeCom, a comunicação é o coração das articulações e ação política, visto que é o catalisador de apoios, de pessoas e o difusor de informações acerca do empreendimento Novo Recife e de lutas correlatas, que envolvem o direito à cidade, reforma política e direitos humanos, entre outras. Neste lugar, a comunicação assume um lugar político central, sem sucumbir à visão meramente instrumental, sendo entendida como o ponto de partida para a existência da própria rede movimentalista.

A internet é o principal canal das estratégias de comunicação entre o grupo e para as outras pessoas, seja a partir de redes sociais, como facebook, Twitter, Youtube, salientando como outras características o pouco contato presencial existente no grupo de comunicação e a intensa troca de mensagens e contatos dos membros do OcupeCom ao longo dos dias que antecedem um determinado ato público ou mobilizações nas redes virtuais. O grupo é

composto por profissionais de jornalismo, publicidade, cinema, rádio, design, ou estudantes destas áreas, que atuam de forma voluntária e espontânea, num processo de autorepresentação, sem o peso de uma determinada institucionalidade. Outra característica é que a participação destes profissionais não é necessariamente contínua: há profissionais que participam ativamente de uma ação, mas não estão presentes em outra e, principalmente, há lideranças, mas não líderes. Então, o movimento se reestrutura a cada momento de ações de rua, com a mesmas características multiforme e de celeridade típicas das sociedades em rede.

“Em nossa época, as redes digitais multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos, mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. As características dos processos de comunicação de indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento” (Castells, 2013: 24-25).

É válido salientar que o Ocupe Estelita faz parte de uma série de movimentos mundiais que têm morfologias e formas de articulação distintas do que vivenciamos em termos de movimentos sociais nas últimas décadas. Assim como os demais, parte de uma causa territorializada (no caso a especulação imobiliária privada no Cais José Estelita), mas está imerso em outras pautas globais, como a periferização da pobreza e o impacto do capitalismo no crescimento desordenado e desigual das cidades; apesar de estar conectado em redes virtuais, tem um forte referencial material no espaço público; é viral e surge a partir da indignação em relação a uma determinada realidade; se pauta por uma lógica de horizontalidade, não violento, com expressiva presença de jovens e pessoas de classe média, autoreflexivos, mas pouco pragmáticos (Castells, 2013).

A comunicação aparece como fundamental para a reestruturação do poder na sociedade, se tratando de um projeto político estratégico e exercício prático de contra-hegemonia pelo fato das plataformas digitais utilizadas serem sistemas mais abertos a produção e difusão de conteúdos por parte da sociedade. A construção de um discurso próprio não mediado por outras pessoas ou entidades, aparece como prática democrática, visto que é defendida pelos integrantes do #OcupeCom como participação política direta. Assim, é notável a recusa da representação tradicional de instituições que, de forma ampla, estariam conectadas ao capital. Nisto se incluem, as empresas de comunicação

tradicionais pelo oligopólio existente, as grandes empresas e o próprio sistema político.

No entanto, embora decisivamente a marca maior das ações comunicativas se pautava pela autonomia e rapidez, o que se adapta às características das redes automeediatizadas por sujeitos autônomos nas redes sociais virtuais, as estratégias de comunicação do movimento não se apartam totalmente da agenda dos mass media tradicionais. Há tentativas de incursão na pauta jornalística via assessoria de imprensa e, mesmo, atividades para inserir a versão do movimento nos comentários dos sites noticiosos. Este fato evidencia uma certa consciência de que é preciso forçar os meios de comunicação de massa a abordarem o assunto, pois, para atingir o grande público, o tema tem que passar pela abordagem controversa da mídia.

Neste aspecto o movimento parece perseguir o modelo de deliberação no espaço público concebido como de iniciativa externa à estrutura de poder (Habermas, 1997), quando atores da sociedade civil, até então negligenciados, assumem um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, formando opinião e vontade política e mobilizando a solidariedade das pessoas na rua a ponto de formar um poder comunicativo com natureza material capaz de modificar a postura da administração do Estado e forçar deliberações legislativas favoráveis às suas demandas, como foi visto no Brasil em junho de 2013. Também no caso do Cais José Estelita, os protestos e a desobediência civil, com a ocupação da área, surtiram alguns efeitos junto ao Poder Público Municipal, o qual teve que abrir canais de diálogo com o movimento, suspender, ainda que temporariamente, a licença de demolição dos armazéns e propor ao Consórcio Novo Recife uma revisão do projeto urbanístico focada na mitigação dos seus impactos socioambientais.

“O certo é [...] que nas esferas públicas políticas, mesmo nas que foram mais ou menos absorvidas pelo poder, as relações de forças modificam-se tão logo a percepção de problemas sociais relevantes suscita uma consciência de crise na periferia. E se nesse momento atores da sociedade civil se reunirem, formulando um tema correspondente e o propagarem na esfera pública, sua iniciativa pode ter sucesso porque a mobilização endógena da esfera pública coloca em movimento uma lei, normalmente latente, inscrita na estrutura interna de qualquer esfera pública e sempre presente na autocompreensão normativa dos meios de comunicação de massa, segundo a qual os que estão jogando na arena devem a sua influência ao assentimento da galeria” (Habermas, 1997: 116).

Desta maneira, os processos de comunicação do movimento Ocupe Estelita aparecem mais como estruturantes para uma revolução democrática de fluxo centrípeta, da periferia para o centro, com temas específicos ao cotidiano da cidade, do que com encaminhamentos para temas gerais relativos às políticas de comunicação que aguardam apreciação pelo Congresso Nacional, como solução formal de fluxo centrífuga, do centro para a periferia.

Neste sentido, também o posicionamento de Dewey, segundo Ramón Del Castillo (2004), já evidenciava que o alcance de uma comunidade de valores, mesmo que ainda seja potencialmente, pode ser sempre maior que o da sociedade política, pois um “grupo ou conjunto de grupos sociais pode constituir vida pública, pode constituir-se como um coletivo muito antes de que seja capaz de constituir-se como Estado”. Assim, Dewey já antevia a importância dos movimentos difusos e não institucionalizados para a mudança social.

“Dewey no fue anti-intelectualista, pero dio mucha importancia a los hábitos, a estructuras de comportamiento a medio camino entre lo racional y lo emocional, lo deliberativo y lo inconsciente. Em realidade - dirá aqui em OP- la formación de vida pública, e incluso su estructuración como Estado, no dependen primariamente del diseño de instituciones, sino de una inculcación de valores, modos de sentir y pensar que marquen la diferencia, incluso de un desarrollo del arte y otros medios imaginativos que ayuden a pensar qué clase de vida se querría llevar, qué modos de relación social podrían satisfacer mejor ciertas necesidades o como se podría dar forma a ciertos deseos relativamente vagos. Si la democracia tenía futuro, tendría que reinventarse como eso: como visión unitaria de la vida, como algo que da apoyo y dirección a los individuos, aunque no sea ni de forma definitiva ni homogénea” (Castillo, 2004: 19).

Por ter características extremamente móveis e ágeis, difusas e, até certos ponto anárquicas, os impactos desta condução política ainda são difíceis de prever, mas é necessário permanecer acompanhando seu desenvolvimento como forma de transformação de um modelo de planejamento e gestão do espaço público urbano centralizado, elitista e autoritário implantado no Brasil desde 1964, por ocasião do Golpe Militar.

A intervenção política de inspiração fascista interrompeu um período de uma década de administrações progressistas e democráticas da chamada “Frente do Recife” (1955-1964), coalisão de forças de esquerda, da qual fizeram parte os governos de Pelópidas da Silveira e Miguel Arraes, bem como do

Movimento de Cultura Popular (MCP). Este movimento, que contou com a participação do educador Paulo Freire e outros intelectuais, artistas e estudantes, com o compromisso de contribuir para a mudança social e a efetivação dos direitos humanos de um contingente de excluídos de mais da metade da população, desenvolveu um vasto programa de comunicação, na época com programas de rádio, visando a alfabetização e conscientização da população carente. Portanto, é possível identificar nesta referencia histórica do MCP algumas características do movimento Ocupe Estelita, como o envolvimento de intelectuais e artistas com as comunidades e associações populares na discussão sobre a melhor utilização do espaço urbano do Cais José Estelita, agora com as possibilidades ampliadas em face da disponibilidade de recursos das novas mídias digitais.

5. REFERÊNCIAS.

Bourdieu, P (2001). *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Canclini, N.G (2006). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Cardoso, G., Espanha, R. & Araújo, V. (2009). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.

Castells, M.:

* (2009a). *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

* (2009b). *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial.

* (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

Castillo, R. (2004). Érase una vez en América: John Dewey y la crisis de la democracia. Em: DEWEY, J. *La opinión pública y sus problemas*, pp. 11-55. Madrid: Ediciones Morata.

Dewey, J. (2004). *La opinión pública y sus problemas*. Madrid: Ediciones Morata.

Doimo, A., Mitre, M. & Maia, R. (2007). Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso do DH Net. Em: Dias, L. C., Silveira, R. L. L.

(Org). *Redes, sociedades e territórios*, pp. 107 – 130, 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Gohn, M. G.:

* (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.

* (2013). *Sociologia dos movimentos sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez.

* (2014). *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados no Mundo*. Petrópolis: Vozes.

G1 (2013). *Prefeitura não tem meta definida para reduzir déficit habitacional*. Recuperado em 24 de novembro de 2014 de <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/08/prefeitura-nao-tem-meta-definida-para-reduzir-deficit-habitacional-do-recife.html>>.

Guetan, P. (2014). *Entrevista concedida aos autores sobre a participação no Ocupe Estelita*.

Habermas, J.:

* (1997). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

* (2012). *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes.

Hall, S.:

* (1999). A produção social da notícia. In: Traquina, N. *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Editora.

* (2008). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Editora.

Miranda, L. (2005). Desenvolvimento humano e habitação no Recife. *Atlas do desenvolvimento humano no Recife [CD-ROM]*. Recife: Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

Moraes. S. U. (2014). *Entrevista concedida aos autores sobre a participação no Ocupe Estelita.*

Pinheiro, J. M. (2014). *Entrevista concedida aos autores sobre a participação no Ocupe Estelita.*

Pinto, L.C. (2014). *Entrevista concedida aos autores sobre a participação no Ocupe Estelita.*

Truffi, M. (2014). *A batalha pelo Cais José Estelita.* Recuperado em 23 de novembro de 2014 de <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>>.